



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

JORGE BOHRER MARQUES

**Uma discussão acerca do processo de institucionalização da política pública
de segurança alimentar no Brasil: elementos para o debate sobre
desenvolvimento territorial.**

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2011

JORGE BOHRER MARQUES

Uma discussão acerca do processo de institucionalização da política pública de segurança alimentar no Brasil: elementos para o debate sobre desenvolvimento territorial.

Monografia, apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientadora: Lídia Lúcia Antongiovanni

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2011

JORGE BOHRER MARQUES

**Uma discussão acerca do processo de institucionalização da política pública
de segurança alimentar no Brasil: elementos para o debate sobre
desenvolvimento territorial.**

**Monografia, apresentada ao Curso
de Geografia da Universidade
Federal de Viçosa como requisito
para obtenção do título de
bacharel em Geografia.**

APROVADA: _____ / _____ / _____

Profa.: Lídia Lúcia Antongiovanni
(Orientadora – DGE/UFV)

Profa.: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo
(DGE/UFV)

Prof.: Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida
(DGE/UFV)

AGRADECIMENTOS:

Agradeço primeiramente a *Deus*, pela sua força me guiando em diferentes momentos desta caminhada da vida.

Aos *meus pais, Maria e Jorge*, pois tenho um profundo amor e carinho por eles. Que fica o meu agradecimento pela condição que me ofereceram para concluir mais esta etapa em minha vida, muita gratidão eu tenho por vocês e sempre vou ter.

Agradeço também as *boas amizades* que tive a oportunidade de formar ao longo de minha permanência na cidade de Viçosa, muitos saberes foram trocados e criados durante este tempo, assim como os momentos de diversão e risada.

Ao *coletivo da ITCP* e de todas as *pessoas* que tive a oportunidade de conhecer e conviver durante este estágio.

À professora Lídia, pelo auxílio dado e pela dedicação como orientadora na construção desta Monografia. Também ao professor Nilo e a professora Maria Isabel por participarem da banca.

Por fim, agradeço à Universidade pela condição que proporcionou para a minha formação.

RESUMO:

Este trabalho pretende levantar algumas considerações a respeito da segurança alimentar, pensando ela numa perspectiva de desenvolvimento territorial. A importância da agricultura familiar para o fornecimento de alimentos e condições adequadas para uma segurança alimentar é de fundamental importância neste trabalho. As políticas públicas são levantadas neste trabalho como mecanismos capazes de oferecer subsídios para o desenvolvimento, no entanto, é necessário ter uma abordagem territorial destas políticas para uma melhor eficiência no acesso ao alimento pela população de baixa renda. Por fim, será contextualizado como estão estas políticas no município de Viçosa-MG, buscando salientar a importância da abordagem territorial para estas políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Alimentar, Desenvolvimento Territorial, Agricultura Familiar

LISTA DE TABELAS:

- Tabela 1 – A cadeia Agroalimentar.....16
- Tabela 2 – Doze transnacionais agroquímicas ficam reduzidas a seis.....17

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

- Mapa 1 – Percentual de subnutridos por países.....20
- Mapa 2 – Consumo de calorias diárias por habitantes nos países.....21
- Figura 1 – Local onde estocavam os produtos do PAA.....43

LISTA DE GRÁFICO:

- Gráfico da população residente, por situação do domicílio.....33

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – A importância da agricultura para a Segurança alimentar e as políticas agrícolas no mundo contemporâneo.....	11
1.1 – A internacionalização da questão da alimentação.....	12
1.2 - O surgimento do debate de segurança alimentar no mundo.....	18
CAPÍTULO 2 – A agricultura familiar para a promoção da segurança alimentar na perspectiva do desenvolvimento territorial.....	23
2.1 – Algumas considerações para entender a agricultura familiar.....	24
2.2 – Elementos da noção de desenvolvimento territorial para a segurança alimentar.....	27
CAPÍTULO 3 – Das manifestações sociais na construção das políticas de segurança alimentar e nutricional: algumas referências na discussão brasileira.....	31
3.1 – A construção das políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil.....	34
3.2 – Alguns questionamentos sobre os programas de segurança alimentar e nutricional a partir de sua territorialização em Viçosa-MG.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
BIBLIOGRAFIA.....	48

INTRODUÇÃO:

Este trabalho pretende levantar alguns elementos para discutir a Segurança Alimentar e Nutricional como um importante mecanismo de desenvolvimento territorial. Este tema é um tanto complexo e abrangente e, portanto devemos analisar um conjunto de fatores a ele vinculado. Dentre eles estão: a geração de empregos; o acesso ao alimento adequado qualitativamente, ambientalmente e quantitativamente, principalmente para parcela da população de baixa renda; o controle social destas políticas, por meio de participação ativa dos sujeitos envolvidos nestas políticas públicas; os hábitos alimentares de um determinado grupo, assim como as práticas agrícolas regionais, valorizando desta maneira as características alimentares; a importância da agricultura familiar como importante sujeito produtor de alimentos, neste caso, enfatizando a agricultura camponesa e considerando ela em toda sua complexa diversidade no território nacional; a interferência de grandes corporações que buscam controlar toda a cadeia produtiva de alimentos, influenciando diretamente a autonomia dos camponeses e proporcionando uma situação de (in)segurança alimentar na sociedade em geral.

As recentes políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil apresentam como importantes programas capazes de proporcionar um adequado desenvolvimento territorial valorizando a produção da agricultura familiar, e por outro lado, facilitando a população em situação de insegurança alimentar o acesso ao alimento. A atuação do Estado na manutenção da oferta e demanda de alimentos é estratégica para isto, podendo gerar renda no meio rural, como também, facilitando o acesso à alimentação para toda a sociedade, salientando o direito humano à alimentação adequada garantida na Constituição brasileira de 1988, e com isto, sendo uma obrigação do Estado esta garantia.

O Desenvolvimento aparece na discussão como um processo que deve ser pensado numa perspectiva multidimensional tomando o território como um elemento de análise, pois é a partir dos diferentes territórios que podemos identificar

as diferentes manifestações das situações econômicas, sociais e culturais da sociedade.

A experiência obtida ao longo da minha vivência em Viçosa fazendo o curso de Geografia, fez com que eu buscasse conhecer mais a respeito do mundo rural e da questão agrária na qual se encontra o país, e também, durante o estágio na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP/UFV), onde tive a oportunidade de atuar junto a Equipe Agricultura Familiar. A contribuição da ITCP/UFV foi importante no sentido em que pude perceber a interferência das políticas públicas no meio rural, sejam elas positivas ou negativas.

Através de políticas adequadas, podemos mitigar boa parte da desigualdade marcada pela sociedade brasileira e também possibilitar um eficiente instrumento de desenvolvimento territorial. Todavia, existem entraves que são históricos na conformação rural brasileira que somente as políticas públicas não são capazes de resolver. A questão da autonomia se torna fundamental na inserção dos sujeitos sociais na construção de políticas públicas.

Este trabalho está dividido em três capítulos e mais a conclusão. No primeiro capítulo, o assunto da importância da agricultura na organização das sociedades é evidenciado de início, trazendo à tona esta importante atividade humana que é das mais antigas e que continuará existindo, pois é através dela que produzimos boa parte dos nossos alimentos. Também é problematizada a conjuntura política internacional na qual o conceito de Segurança Alimentar aparece no mundo Ocidental, bem como os efeitos da Revolução Verde e seu difusionismo mundo afora. Já no segundo capítulo, será discutida a importância dos agricultores familiares para a construção da segurança alimentar, posteriormente, será levantada a questão do conceito de desenvolvimento e suas diferentes abordagens, identificando assim a importância de se pensar o território. O terceiro capítulo aborda as primeiras manifestações sociais que aconteceram no Brasil sobre a temática da alimentação, e também, das mais recentes políticas nacionais de segurança alimentar. Para finalizar, serão feitas algumas considerações que foram possíveis de identificar a partir dos assuntos tratados nos capítulos, bem como reflexões no que

tange a forma de se pensar o desenvolvimento territorial, a partir das políticas de segurança alimentar atualmente implementadas no Brasil.

1. CAPÍTULO – A importância da agricultura para a segurança alimentar e as políticas agrícolas no mundo contemporâneo.

O consumo de alimentos constitui uma necessidade vital e é, portanto, uma questão central na organização das sociedades. Levando a uma imensa diversidade cultural e de hábitos alimentares, que influenciam nos gêneros alimentícios na forma em que são processados e também nas maneiras como se consomem estes alimentos. Esta imensa diversidade de maneiras de se alimentar, distribuída por todo o globo terrestre, gera uma infinidade de características culturais e de práticas agrícolas ao longo de todo o espaço mundial.

A humanidade ao longo de sua permanência na Terra sempre esteve em busca de condições adequadas de alimentar-se. O marco fundamental que ocasionou certa condição de segurança alimentar foi com o advento da agricultura, entre 11.000 e 8.000 anos atrás, quando a espécie humana adquiriu a capacidade de domesticar plantas e animais, ocasionando um aumento da diversidade alimentar consumida, o que antes era a base de caça e coleta, conforme explica Porto-Gonçalves (2006):

O advento da agricultura, entre 11.000 e 8.000 anos atrás, se deu em diversas regiões do planeta de modo independente. A espécie humana, embora biologicamente a mesma, diferenciou-se pela cultura. A prática da agricultura e da pecuária não substituiu o extrativismo (caça, coleta e pesca) como uma visão evolucionista, infelizmente ainda muito arraigada, quer fazer crer. Na verdade, a combinação da agricultura com terras de uso comum, seja para pasto, seja como fonte de coleta de madeira, de ervas medicinais e outros frutos, foi a prática mais difundida em todos os continentes. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 208).

A agricultura foi a responsável pela fixação de comunidades humanas nas mais diferentes localidades, perdendo em grande medida, características nômades e afirmando desta forma seu território e criando identidades, hábitos e culturas próprias, e conseqüentemente, aflorando diferentes civilizações que habitaram e/ou habitam o globo terrestre. Já houve tempos de extrema escassez de alimentos, gerando manifestações das mais nefastas possíveis. Grande parte desta situação de fome é gerada por motivos humanos, tal como a guerra, a má distribuição e o

acesso à alimentação. O determinante ambiental também pode ser um elemento deflagrador da fome, no entanto, ele pode ser amenizado e até mesmo excluído, havendo um arranjo político e social que ofereça um acesso aos alimentos de forma equitativa e adequada.

A partir daí, será problematizada a questão da alimentação a nível internacional e o surgimento do termo segurança alimentar, bem como os principais agentes internacionais que atuam na produção e distribuição dos alimentos no mundo, colaborando para a compreensão das políticas agrícolas existentes que visam a segurança alimentar no mundo. Desta maneira identificamos elementos para entender como que a domesticação de plantas, animais e das técnicas de plantio construídas ao longo dos anos pelas civilizações foram afetadas pelas políticas agrícolas surgidas no período pós-guerra, o que proporcionou uma diferente condição de (in)segurança alimentar no mundo, gerado pela concentração produtiva das grandes corporações agroalimentares.

1.1 – A internacionalização da questão da alimentação.

Josué de Castro em seu livro “Geografia da Fome” editado pela primeira vez em 1946, nos diferencia duas tipologias básicas de fome: a *endêmica*, caracterizada por uma manifestação de fome constante e suave, o que se pode diagnosticar mais como um caso de subnutrição, e a *epidêmica*, neste caso, seria a fome que se manifesta de maneira mais intensa e aguda. Tanto a fome epidêmica quanto a endêmica são caracterizadas como:

(...) aquelas em que pelo menos a metade da população apresentam nítidas manifestações de carências no seu estado nutricional, sejam estas permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemia de fome). (CASTRO, 2010, p. 35).

Cabe também mencionar, sobre esta diferença, um aspecto relacionado à gravidade da fome, mas ambas tendo seu efeito destrutivo. No caso da *epidêmica*, que se manifesta de forma mais intensa e sobre um curto período de tempo, gera

uma reação mais drástica, tais como revoltas, saques e rebeliões, enquanto a *endêmica* manifesta de maneira mais suave, podendo até mesmo ser considerada como um quadro de subnutrição. No entanto esta apresenta um caráter mais ameaçador, uma vez que a reação humana demonstra um efeito também “suave”, não gerando revoltas, o que pode levar a uma apatia e uma acomodação da situação em que se encontra, isto transforma o problema da fome numa silenciosa guerra, sendo assim, de extrema preocupação.

Um marco importante da discussão da internacionalização da questão da fome encontra-se no período Pós-Guerra, onde a questão alimentar tomou novos rumos na Europa, que havia sido devastada pelas guerras vivenciadas naquele continente. É neste contexto internacional que surge o debate da fome como uma questão política. O pensador brasileiro Josué de Castro em seus livros “Geografia da fome” (1946) e “Geopolítica da fome” (1968) contribuiu de forma significativa para entender o problema da fome. Segundo o autor, a fome no Brasil particularmente na região nordeste, não é devida a condições naturais, mas sim dos sistemas econômicos e sociais em que estão inseridos sendo, portanto uma questão política.

Foi na Conferência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, mais conhecida como Conferência de Hot Spring, em 1945 que surgiu a Fundação para Agricultura e Alimentação (FAO), órgão vinculado a Organização das Nações Unidas (ONU) que busca tratar a questão da fome e da segurança alimentar a nível internacional. O primeiro evento a nível internacional sobre a questão da fome foi realizado em 1974, com a Conferência Mundial de Alimentação que tratou sobre o tema da segurança alimentar mundial, quando foi organizado o Comitê de Segurança Alimentar. Estas preocupações iniciais da FAO em relação à fome e a insegurança alimentar estavam estritamente direcionadas à oferta de alimentos mundial, onde se pensava que sob a perspectiva de um investimento tecnológico na produção alimentar solucionaria o problema da fome no mundo.

O surgimento da FAO, como um instrumento político internacional para tratar da temática da alimentação serviu também para o fomento do modelo agrícola de monocultura baseado na tecnologia científica. Foi nesta visão produtivista, que se formularam as primeiras políticas agrícolas e de combate à fome pensada

internacionalmente. É relevante considerar o contexto no qual se deu esta denominação, o período pós-guerra é caracterizado pela dicotomia entre *capitalismo* e *comunismo*, onde estes dois modelos de produção estavam competindo entre si para se tornarem hegemônicos, sobrepondo desta forma, as mais diferentes culturas existentes no mundo, este período ficou conhecido como Guerra Fria.

A Revolução Verde surge neste período de intenso conflito político-ideológico, a fim de camuflar o debate da causa política e social da problemática da fome no mundo, onde o desenvolvimento de tecnologias e a inserção de novas técnicas possibilitariam um aumento na produção mundial de alimentos, e conseqüentemente solucionariam a escassez de alimentos no mundo, no entanto, este discurso político-ideológico era também para combater a ameaça vermelha do comunismo.

A própria denominação Revolução Verde para o conjunto de transformações nas relações de poder por meio da tecnologia indica o caráter político e ideológico que estava implicado. A Revolução Verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949. Afinal, a grande marcha de camponeses lutando contra a fome brandindo bandeiras vermelhas deixara fortes marcas no imaginário. A Revolução Verde tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico. O verde dessa revolução reflete o medo do *perigo vermelho*, como se dizia à época. Há, aqui, com essa expressão Revolução Verde, uma técnica argumentativa própria da política. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.226)

É neste cenário que se deve pensar sobre as reais intenções contidas no que se chama de Revolução Verde e de todo o seu difusionismo, o que levou a grandes movimentos de êxodo rural no mundo todo, e com isto, ocorrendo um intenso fluxo migratório para centros urbanos, aumentando significativamente a quantidade de habitantes urbanos e concomitantemente, gerando um esvaziamento de habitantes no meio rural. Os efeitos dos pacotes tecnológicos aplicados na agricultura se manifestaram de forma bastante distintas entre os países que sofreram o processo de colonização e os países ditos colonizadores.

Nos países colonizados, principalmente na América Latina, África e Ásia, com seu processo de colonização já inserido durante séculos através de um modelo de produção, a base da monocultura agroexportadora, agora é intensificada e consolidada por meio destes novos mecanismos técnicos e tecnológicos. Não é coincidência que são os países de história marcada pelo colonialismo que apresentam uma maior concentração humana em suas grandes regiões metropolitana.

Este fato evidencia uma forte alteração na dinâmica espacial destes países, onde grande parcela da população rural de origem camponesa e tradicional migrou para grandes regiões urbanas a procura de emprego e melhores condições de vida, uma vez que no meio rural havia um processo de expulsão de agricultores que não se inseriram ou não tiveram condições de se adaptar ao novo modelo agrícola imposto, que menosprezava práticas agrícolas tradicionais, sendo consideradas de técnicas rudimentares e atrasados, portanto, pouco eficientes no sentido produtivista.

Este fenômeno ocasiona um movimento que modifica as relações campo-cidade. Por um lado, a migração gera um esvaziamento demográfico no campo, possibilitando a expansão do modelo agrário fortemente concentrador, e agora com os incrementos técnicos e de insumos químicos provenientes do setor industrial. Ao mesmo tempo, ocasiona numa diminuição da demanda por mão-de-obra no campo, este efeito condiciona grande parcela da população rural a migrar para regiões urbanizadas que teve seu auge no período da segunda metade do século XX, onde houve um intenso processo de urbanização mundial e uma difusão massiva dos novos pacotes tecnológicos destinados a praticamente toda cadeia produtiva alimentar.

Este processo que levou a urbanização da população apresenta uma situação contraditória que leva a discussão e o questionamento desta urbanização, já que boa parte da população não é absorvida pela indústria gerando grandes impactos na cidade e no campo. Segundo dados da ONU, o ano de 2007 foi marcado pela superação da população urbana em relação a população rural no mundo (UN-Habitat, 2007).

Ao mesmo tempo em que cresciam e se consolidavam as organizações corporativas de produção alimentar, a implementação de políticas agrícolas pensadas internacionalmente, ou seja, pensadas em mercados internacionais, favoreceram diversas fusões de empresas, o que gera uma enorme concentração financeira e tecnológica, e também, difundindo um modo de produção agrícola que também reflete a ideologia praticada por estas corporações, que também são denominadas de Impérios Agroalimentares, segundo Ploeg (2008). Estas corporações concentram sob seu domínio grande parte da produção, do processamento e da comercialização dos alimentos distribuídos no mercado mundial de alimentos, controlando boa parte das principais cadeias produtivas. A condição de sementes híbridas acarreta numa perda da diversidade de sementes selecionadas ao longo dos anos pela humanidade. Estas sementes passam a ter maior produtividade, porém sem capacidade de reproduzi-las, gerando dependência dos agricultores aos grupos corporativos de venda de sementes. Entende-se por Império como “uma variedade de expressões específicas: grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias, etc.” (PLOEG, 2008, p. 20). Na tabela abaixo podemos observar o controle das principais corporações que atuam no processo da cadeia agroalimentar no mundo e seus impactos aos agricultores familiares.

A cadeia Agroalimentar	Genes / Sementes / Insumos químicos	Comércio de Alimentos e Fibras / Processamento Primário	Processamento posterior / Manufatura	Supermercados
Corporações líderes	Syngenta; Monsanto; DuPont; Bayer	ADM; Louis Dreyfus; Bunge; Cargill	Nestlé; Kaft Foods; Unilever; PepsiCo.	Wal-Mart; Carrefour; Metro; Tesco.
Atividades centrais	Produção de sementes e agroquímicos	Venda e processamento básico de matérias-primas	Processamento de alimentos e bebidas	Venda de alimentos no varejo
Questões principais	<ul style="list-style-type: none"> • Controle da propriedade intelectual; • Promoção de tecnologias inadequadas para os agricultores pobres; • Exclusão das alternativas de agricultura sustentável; 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso do poder de mercado para reduzir preços • Práticas de compra injustas 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso do poder de mercado para reduzir preços • Estabelecimento de padrões restritivos • Práticas de compra injustas 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso do poder de mercado para reduzir preços • Estabelecimentos de padrões restritivos • Práticas de compra injustas

Impactos-chave sobre os agricultores	<ul style="list-style-type: none"> • Perda do direito de estocar e trocar sementes 	<ul style="list-style-type: none"> • Rendas mais baixas 	<ul style="list-style-type: none"> • Renda mais baixas 	<ul style="list-style-type: none"> • Rendas mais baixas
	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos custos de insumos 	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição a mercados voláteis 	<ul style="list-style-type: none"> • Exclusão de mercados 	<ul style="list-style-type: none"> • Exclusão de mercados
	<ul style="list-style-type: none"> • Envenenamento por pesticidas 	<ul style="list-style-type: none"> • Custos e riscos repassados aos produtores 	<ul style="list-style-type: none"> • Custos e riscos repassados aos produtores 	<ul style="list-style-type: none"> • Custos e riscos repassados aos produtores.
	<ul style="list-style-type: none"> • Ciclo de endividamento 			

TABELA 1 – A Cadeia Agroalimentar

FONTE: ActionAid – Fome de Poder, s/d, p.12.

Já nos anos finais do século XX, onde não havia mais a disputa direta e declarada entre capitalistas e comunistas, aconteceu uma retomada do discurso (neo)liberal na economia mundial, onde se confiaria cegamente na dinâmica do mercado para a produção, inclusive a alimentar. Estes argumentos suscitaram e fortaleceram a concentração de grandes corporações internacionais de produção alimentar, como é o caso da Monsanto, da Syngenta entre outros. Como se pode mostrar na tabela abaixo, a evolução das fusões das grandes corporações agroalimentares no fim do século XX e início do século XXI.

Início de 1994	1997	1999	2000-2003
Bayer (Alemanha)	Bayer	AgrEvo	Bayer
Hoechst (Alemanha)	AgrEvo	Aventis	
Schering (Alemanha)	Rhône-Poulenc		
Rhône-Poulenc (França)			
Ciba Geigy (Suíça)	Novartis	Novartis	Syngenta
Sandoz (Suíça)	Zeneca	AstraZeneca	
Zeneca (Reino Unido)			
BASF (Alemanha)	BASF	BASF	BASF
Cyanamid (EUA)	Cyanamid	Cyanamid	
DowElanco (EUA)	DowElanco		
DuPont (EUA)	DuPont	DuPont	DuPont
Monsanto (EUA)	Monsanto	Monsanto	Monsanto

TABELA 2 – Doze transnacionais agroquímicas ficam reduzidas a seis

FONTE: ActionAid – Fome de Poder, s/d, p. 22.

O que se percebe no início do século XXI, é que os efeitos gerados pelo difusionismo tecnológico acarretaram em perdas nos complexos tecidos sociais em torno da agricultura no mundo, e criaram sérios efeitos negativos para a agricultura, tornando-a uma atividade estritamente comercial, e com isto, sobre controle do mercado mundial de alimentos. Outra consequência causada pela implementação deste modelo agrário são os insumos provenientes de indústrias químicas desenvolvidas nas Guerras Mundiais, com base numa perspectiva de “combate a pragas” apresentando alto teor de veneno em sua composição. Estes insumos apresentam efeitos nocivos à saúde humana e também ao meio ambiente, gerando casos de doenças nos humanos e em perda da biodiversidade e qualidade principalmente nos solos, nas águas e nos animais.

Estas são algumas considerações a partir dos quais podemos perceber a complexidade da questão da alimentação no mundo, envolvendo questões políticas, sociais e ambientais. A partir desta contextualização, é que se coloca o tema da segurança alimentar, elevando o debate da alimentação para o patamar dos direitos humanos, constituindo-se numa retomada da discussão acerca do problema da fome no mundo, agora sobre uma nova abordagem que é a segurança alimentar.

1.2 – O surgimento do debate de segurança alimentar no mundo

A discussão inicial do termo segurança situa-se após a Primeira Guerra Mundial, quando a questão a questão de segurança alimentar era vista como uma questão de segurança nacional, sendo a primeira condição necessária para a última.

A alimentação seria, assim, uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência em um país que não tivesse a capacidade de produzir por conta própria e suficientemente seus alimentos. Portanto, esta questão adquiria um significado de segurança nacional para cada país, apontando para a necessidade de formação de estoques “estratégicos” de alimentos e fortalecendo a idéia de que a soberania de um país dependia de sua capacidade de auto-suprimento de alimentos. (MALUF, et al, 2001, p. 1)

Estavam assim, sendo estas as ideias iniciais sobre segurança alimentar. Nos discursos a partir da FAO, a segurança alimentar era entendido como um

problema de produção de alimentos, conforme já foi explicado. Este argumento foi fundamental para o difusionismo das novas tecnologias aplicadas na agricultura, principalmente para os países que sofreram o processo de colonização, tendo características agrário-exportadores como o Brasil. Ainda sobre a perspectiva internacional acerca das propostas de segurança alimentar, nos explica Renato Maluf:

Para melhor compreender a atuação dos organismos internacionais é preciso, antes, abordar a emergência da concepção de “segurança alimentar global” que fez parte da internacionalização da questão alimentar. Ela evidencia, de um lado, a interação e mútua determinação entre os múltiplos fatores que condicionam, em âmbito internacional, a questão alimentar, como são as tendências da produção e consumo alimentar, as estratégias dos agentes privados e a atuação dos governos e outros organismos públicos. De outro lado, porém, a questão de segurança alimentar global foi trazida à tona como expressão da produção e do comércio de alimentos em escala mundial, com o intuito de valorizar o papel dos mercados e do comércio internacional de alimentos. Segundo McMichael (2004), a epistemologia do mercado atingiu sua forma mais elevada na formulação neoliberal da segurança alimentar como sendo um arranjo global. (MALUF, 2007, p. 52-53)

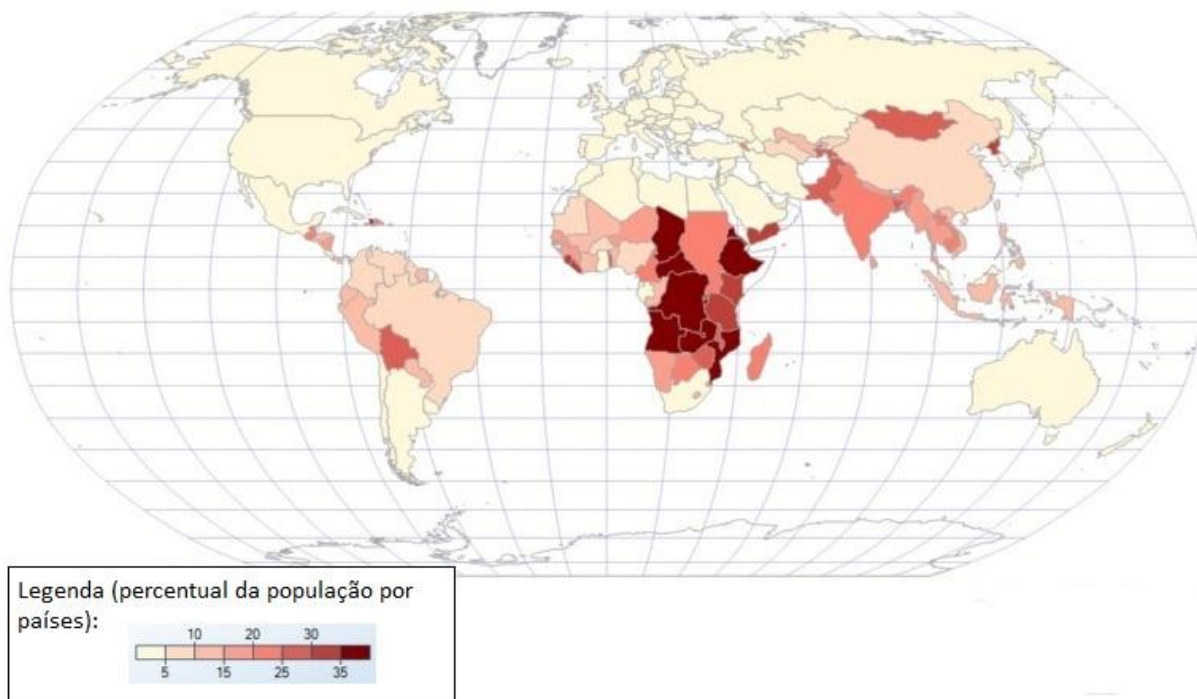
Neste sentido é importante salientar que existem diferenças na compreensão acerca do conceito de segurança alimentar. Estas diferenças refletem nas políticas públicas destinadas à segurança alimentar em todo o mundo.

O ano de 1996 foi marcado pela realização da Cúpula Mundial de Alimentação, reunindo representantes de mais de 180 nações. Este evento produziu um documento final denominado “Declaração de Roma” onde se firmaram compromissos em diminuir pela metade o índice de pessoas subnutridas no mundo até 2015, pois o direito ao alimento havia se tornado também parte dos direitos fundamentais do ser humano¹. No entanto, estas medidas não foram fielmente adotadas pelos países participantes, tendo como reflexo os dados levantados na avaliação desta Cúpula em 2002, conhecida como “Cúpula +5”. Houve uma diminuição geral da situação de fome no mundo, porém em regiões como a África Subsaariana, Ásia-Pacífico, Oriente Médio e Norte da África, houve um aumento no

¹ Este direito foi inserido na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos realizada em Viena em 1993

número de subnutridos, justamente nas regiões mais afetadas pela fome, gerando mais desigualdade entre as nações, o que podemos visualizar nos mapas a seguir.

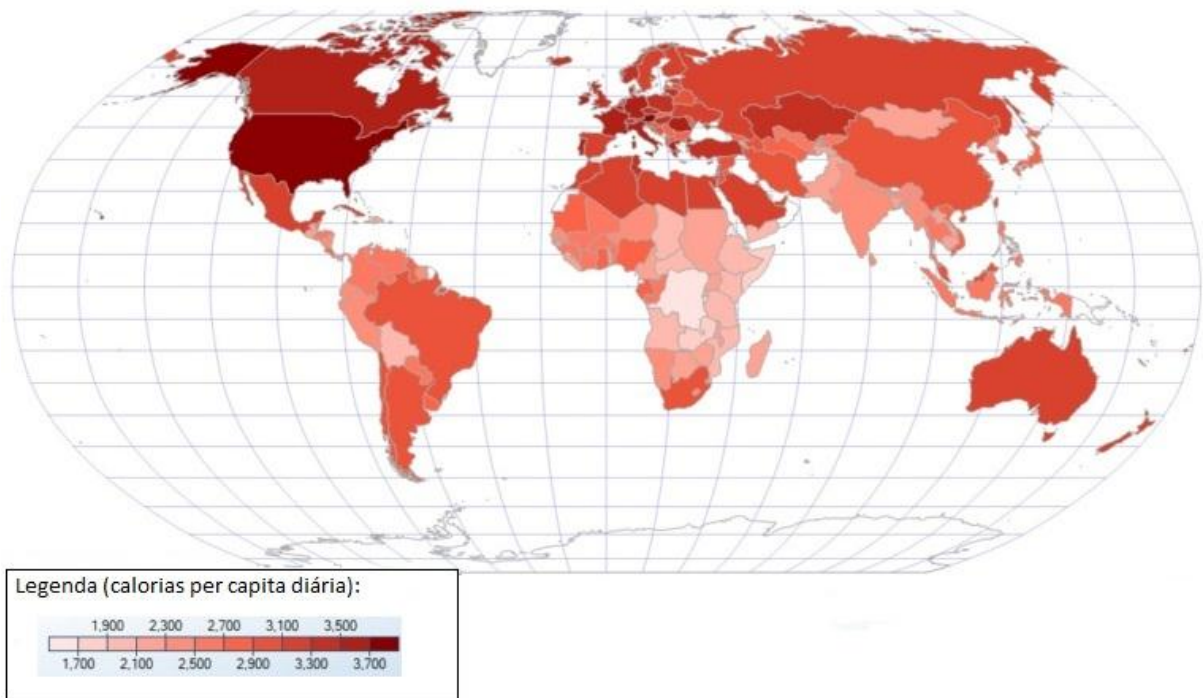
Mapa da população subnutridas por países, em % - 2003-2005.



MAPA 1 – Percentual de subnutridos por países.

FONTE: FAO, 2010.

Mapa de consumo diário de calorias por países, 2005-2007.



MAPA 2 – Consumo de calorias diárias por habitante nos países.

FONTE: FAO, 2010.

Podemos visualizar que o problema da segurança alimentar é diferente entre os países. As políticas de segurança alimentar se inserem no contexto da internacionalização da produção e da comercialização dos alimentos o que consolidou um modelo agrícola fortemente concentrador e não serviu de solução para o problema da fome. Esta política fortaleceu também a concentração de grandes corporações alimentares e também a estrutura agrária fortemente caracterizada pela concentração fundiária, principalmente nos países marcados com grande atividade agroexportadora. Nos noticiários de TV é comum assistirmos o repórter com orgulho, falar no aumento gradativo ano após ano da participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, da produção de grãos superar a produção da safra anterior. Este aumento não soluciona a carência alimentar de suas populações, mas sim, uma maior desigualdade social e concentração fundiária, uma vez que esta

produção necessita ser altamente especializada, onde predomina apenas um tipo gênero agrícola.

Estes levantamentos nos remetem a pensar nas medidas de segurança alimentar como fundamentais para alcançar o desenvolvimento. A segurança alimentar deve ser pensada como um mecanismo para melhorar todo um conjunto de fatores que influenciam as condições alimentares da sociedade. Tanto nos seus aspectos produtivos, quanto nos aspectos culturais e educacionais, respeitando diferentes maneiras e formas de alimentar que se encontram em diferentes localidades. Estas diferenças acerca das medidas de segurança alimentar no mundo estão intimamente relacionadas com a noção de desenvolvimento que emerge na segunda metade do século XX.

2. CAPÍTULO: A agricultura familiar para a promoção da segurança alimentar na perspectiva do desenvolvimento territorial.

Neste capítulo será discutida a importância da agricultura familiar como relevante na construção de uma condição adequada de segurança alimentar e nutricional. O conceito de Agricultura Familiar é bastante genérico e incorpora uma diversidade abrangente de situações, conforme nos aborda Maria Nazareh Wanderley (1996). Daí a necessidade de se trabalhar o conceito de campesinato, como sendo uma destas formas de se fazer agricultura, sendo importante destacar que este grupo é que deveria ser os sujeitos beneficiados pelas políticas de segurança alimentar, pois apresentam uma produção diversificada e voltada para o consumo humano de alimentos.

Propostas tais como a agroecologia surgem num contexto rural bastante afetado pelo difusionismo das tecnologias provenientes da agricultura a base de elevados insumos industriais, sendo este, um eficiente sistema para transformar as atividades agrícolas em dependentes destes insumos e também da energia não renovável. A agroecologia busca alcançar a sustentabilidade das atividades agrícolas, proporcionando autonomia para os agricultores familiares, potencializando elementos endógenos para a sua produção e reprodução, evidenciando assim, possibilidades aos desafios locais e propor diferentes modelos de desenvolvimento. A segurança Alimentar e Nutricional entra neste contexto, como uma das estratégias que devem orientar o desenvolvimento, pois uma sociedade jamais poderá se desenvolver completamente tendo uma parcela de sua população passando fome.

Num segundo momento apresentamos uma breve discussão sobre a noção de desenvolvimento, considerando a importância de (re)significar o termo desenvolvimento frente aos desafios que a sociedade atravessa, com suas diferentes dimensões de crises - energética, alimentar, ambiental, econômica e espiritual - consequências geradas por um modo de produção/consumo e de vida atualmente predominante em nossa realidade. Esta (re)significação passa pela importância de proporcionar condições alimentares adequadas a população.

Desta forma, se torna necessário compreender o principal sujeito social para uma segurança alimentar e nutricional, que são os agricultores. Para a partir daí, entendermos os discursos de desenvolvimento que existem, suas perspectivas e denominações, onde as discussões preliminares surgiram na conferência de Estocolmo em 1972, quando se iniciou o questionamento do desenvolvimento voltado estritamente para o lado econômico e produtivo, surgido no período pós-guerra.

2.1 - Algumas considerações para entender a agricultura familiar.

O termo agricultura familiar surge no fim dos anos 90 e gradativamente ganha importância nas políticas de segurança alimentar e também de desenvolvimento agrário. No entanto, sua conceituação abrange um grupo social bastante heterogêneo, havendo divergências em suas conceituações. Segundo Iara Altafin (s/d), existem duas correntes principais que tratam de analisar a agricultura familiar, uma delas acredita que este termo é algo recente, consequência das transformações na dinâmica do espaço agrário brasileiro ocasionado pela sociedade capitalista. Já outra corrente teórica acredita que este é um conceito em evolução, e seus sujeitos apresentam em suas características as raízes históricas do Brasil.

A agricultura familiar, segundo Maria de Nazareth Wanderley (1996), apresenta uma estrutura produtiva bastante peculiar, pois associa família-produção-trabalho. No entanto, é uma conceituação bastante genérica, pois abrange uma infinidade de formas produtivas e de diferentes relações sociais. Daí a importância de se discutir o campesinato, como sendo parte inserida no conceito de agricultura familiar, apresentando características e modos de vidas específicas.

O conceito de agricultor familiar é relativamente recente, havendo outras denominações ao longo dos anos, como é o caso do próprio campesinato, e também apresentam outras denominações, tal como o caipira, caboclo, ribeirinho e roceiro, de acordo com a região em que se encontra. Essas denominações existem numa

distribuição e diversidade bastante ampla no território brasileiro, em algumas situações tinham uma conotação depreciativa, pois estavam associadas ao discurso do atraso rural brasileiro, havendo pouco ou nenhuma possibilidade de participação destes sujeitos na vida política da sociedade. Os grupos sociais que compõem a realidade camponesa brasileira, de acordo com Iara Altafin (s/d), podem ser divididos em cinco matrizes: os índios, os afrodescendentes, os mestiços, os brancos não herdeiros e os imigrantes europeus.

Na década de 1950, ocorre um fortalecimento das lutas no campo, conseqüentemente uma politização do camponês, no entanto durante o período militar estes movimentos foram reprimidos, havendo uma retomada na discussão após a redemocratização do Brasil, com o surgimento de movimentos sociais, tal como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), a Via Campesina, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos atingidos por Barragens (MAB) entre outros que atuam na representação política destes sujeitos sociais.

O sistema produtivo destes grupos de camponeses pode ser considerado, em grande parte, como um sistema de policultura-pecuária, oferecendo uma diversidade maior de produtos, proporcionando também uma condição de segurança alimentar mais adequada em relação ao sistema de monocultura vigente nos latifúndios. Neste sentido, que cabe mencionar a contribuição que a agroecologia pode oferecer no sentido de fortalecer esta característica de sistema de policultura-pecuária da agricultura camponesa.

A origem do conceito de agroecologia remonta nos anos 80, sendo uma perspectiva que confrontava com o modelo produtivista, baseado na monocultura, bastante difundido. A agroecologia leva em conta “a necessidade de conservação da biodiversidade ecológica e cultural” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p.10). Para isto, atenção é dada à racionalidade econômica dos camponeses, onde o nível de autonomia que estes sujeitos têm em relação aos mercados – tanto de insumos quanto de vendas – é considerada fundamental para analisar a dinâmica econômica camponesa.

Ainda conforme as ideias de Caporal & Costabeber (2000), a agroecologia é pensada sobre dois focos de análises complementares: um deles é a agroecologia pensada num contexto de relações sociais, ambientais e culturais, onde se leva em conta a interação da agricultura com o conjunto da sociedade; outro é mais focado nos fenômenos que ocorrem nos cultivos agrícolas, onde a interação da diversidade biológica existente na unidade agrícola é feita de maneira ecológica (relação predador/presa, consorcio de plantas, entre outros), sem causar efeitos nocivos ao ambiente.

Outra contribuição teórica bastante pertinente para se pensar a importância da agricultura familiar, é a contribuição da noção da multifuncionalidade. Esta característica dada à agricultura salienta a importância desta atividade na configuração espacial do meio rural. As atividades de desenvolvimento rural estão bastante vinculadas ao elemento econômico, negligenciando outros aspectos importantes que devemos considerar, portanto, é necessário discutir as formas de desenvolvimento, inserindo outros aspectos importantes relacionados às atividades agrícolas. Daí a contribuição da multifuncionalidade, que apresenta diferentes funções não-econômicas, dentre elas estão:

A preservação do meio ambiente em determinadas áreas; a articulação do agricultor e de sua produção com os aspectos culturais e sociais do território em que está inserido, como por exemplo, a manutenção de um modo de vida e de produzir, a segurança alimentar das famílias produtoras, a preservação ambiental e a manutenção do patrimônio cultural (estilo arquitetônico das casas, manifestações culturais, etc.); a oferta de emprego rural. (CARNEIRO, MALUF, 2005, p.43).

Essas contribuições acerca da importância da agricultura familiar na construção de uma segurança alimentar nos fornecem elementos a se pensar o desenvolvimento.

2.2– Elementos da noção de desenvolvimento territorial para a segurança alimentar.

Pensadores como Ignacy Sachs (2008) trabalha com o termo “Desenvolvimento Incluyente” onde a geração de empregos e a superação da desigualdade social devem ser resolvidas através da inserção da camada social mais vulnerável da sociedade, além da responsabilidade do Estado em oferecer serviços públicos de educação, saúde (incluindo aí, a segurança alimentar), moradia e assistência. Além disto, a democracia e a liberdade política são de extrema importância para um desenvolvimento incluyente.

O desenvolvimento incluyente requer, acima de tudo, a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos. A *democracia* é um valor verdadeiramente fundamental (A. K. Sen) e garante também a transparência e a responsabilização (*accountability*) necessárias ao funcionamento dos processos de desenvolvimento. No entanto, existe uma grande distância entre a *democracia representativa* e a *democracia direta*, que cria melhores condições para o debate dos assuntos de interesse público. (SACHS, 2008. p.39)

Para Boaventura (2005), o início das discussões sobre um desenvolvimento *alternativo* surge como uma crítica à racionalidade econômica que imperam nos discursos sobre desenvolvimento. Para ele, a dimensão econômica do desenvolvimento deve estar a serviço de uma forma de promover melhores condições de vida para a população em geral, particularmente a população marginalizada da economia formal.

Buscando mais elementos sobre desenvolvimento também se dá relevância à participação ativa da cidadania como elemento essencial. “A iniciativa e o poder de decisão sobre o desenvolvimento, longe de ser competência exclusiva do Estado e das elites econômicas, deve residir na sociedade civil.” (Boaventura, 2005, p.47). Estas maneiras de se fazer política também são elementos que viabilizam um processo onde as organizações civis atuem de forma mais ativa. Outro ponto levantado é a ênfase no território para o desenvolvimento alternativo, pois é neste

ambiente que se manifestam as ações sociais e como elas se territorializam num determinado espaço.

Para um desenvolvimento que não seja tão desigual, cabe a importância de se pensar em diferentes formas de produção que vão além do sistema de produção capitalista, ou seja:

(...) alternativas baseadas em iniciativas coletivas, geralmente plasmadas em empresas e organizações econômicas populares de propriedade e gestão solidária que tentam contrariar, por um lado, a separação entre capital e trabalho (SANTOS, 2005, p. 47).

Ainda nesta perspectiva, é que podemos pensar formas organizativas e produtivas baseadas nos princípios da Economia Solidária², pois estas possibilitam uma maior inserção de pessoas que estão à margem do mercado de trabalho, e também, pautam pela revalorização do trabalho solidário, resignificando a percepção da relação cotidiana com o trabalho, diferentemente da percepção de trabalho em uma empresa capitalista.

Já o desenvolvimento sócio-espacial trabalhado por Marcelo José Lopes de Souza (2006), busca abordar a dimensão espacial no desenvolvimento, entendendo que são nestes espaços onde as atividades econômicas se concretizam. Outro elemento bastante considerado é a ideia de autonomia, conforme as orientações políticas-filosóficas de Cornelius Castoriadis que diz a este respeito.

(...) a ideia de autonomia, discutida de maneira particularmente contundente e fecunda pelo filósofo Cornelius Castoriadis, tem valor central para uma reconceituação do desenvolvimento. *Autonomia*: esta palavra oriunda do grego, e que designa uma realidade político-social concretizada pela primeira vez através da *pólis* grega, significa, singelamente, o poder de uma coletividade se reger por si própria, por leis próprias. (SOUZA, 2006, p. 105).

² Economia Solidária é uma proposta que visa diferenciar da economia capitalista, dando ênfase aos aspectos de trabalho em cooperação no lugar da competição e, além disto, numa forma de organização produtiva baseada em gestão coletiva dos meios de produção, diferente do capitalismo onde poucos têm os meios de produção, restando para grande parcela das pessoas a condição de vendedores de sua força de trabalho. Para saber mais, ver SINGER, 2002.

O conceito de autonomia, nesta perspectiva de desenvolvimento, pode ser um mecanismo para retirar a prioridade economicista nos muitos discursos acerca de desenvolvimento que ainda vigora. A ideia de autonomia engloba dois níveis diferentes e complementares, que se trata do individual e do coletivo. Ainda para o autor, assim se define uma sociedade considerada autônoma: “Uma sociedade basicamente autônoma significa, “apenas”, uma sociedade na qual a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos foi abolida” (SOUZA, 2006, p.175).

Entendendo estas diferentes abordagens a respeito do desenvolvimento, cabe salientar a importância de se ter um bom planejamento das atividades e também a sua boa gestão, e estas, devem ter uma forte participação dos sujeitos locais, possibilitando o fortalecimento de sua autonomia.

(...) o planejamento moderno é essencialmente participativo e dialógico, e exige uma negociação quatripartite entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento, levando a arranjos contratuais entre as autoridades públicas, as empresas, as organizações de trabalhadores e a sociedade civil organizada. (SACHS, 2008, p.33).

Com base nesses elementos discursivos e teóricos acerca do desenvolvimento, podemos perceber que os sujeitos sociais têm papel fundamental na construção do desenvolvimento, e através da abordagem territorial é que podemos perceber o nível de autonomia que os sujeitos sociais têm sobre um determinado espaço. A partir daí é que será abordada a agricultura familiar como um importante sujeito no fortalecimento da condição de segurança alimentar, e assim, fornecer melhores condições para um desenvolvimento territorial.

A abordagem do desenvolvimento territorial que busque alternativas ao atual modelo tem como um dos fundamentos a organização da produção de alimentos, a partir da agricultura familiar, de preferência com base agroecológica, o que permitiria a uma verdadeira condição de segurança alimentar.

Pensando nestas perspectivas de desenvolvimento e também as contribuições teóricas sobre o verdadeiro papel da agricultura familiar na

configuração territorial rural, manifestando em diferentes paisagens, que devemos tratar a perspectiva de desenvolvimento territorial. Estas contribuições também enriquecem os discursos que enfatizam a potencialidade que as políticas de acesso aos mercados institucionais³ por parte dos agricultores familiares, podem proporcionar, garantindo assim, um mercado consumidor estável desde que garantam a qualidade vendida dos alimentos. Não busco afirmar que todos os agricultores familiares praticam a agroecologia e nem mesmo sejam camponeses, é certo que existem muitos utilizando insumos químicos e agrotóxicos, e também, outros que apresentam uma racionalidade de empreendedor capitalista que pode bem ser identificados pelo modelo de agronegócio, porém, o que se defende é um processo de reeducação das práticas agrícolas, buscadas através de uma transição agroecológica que forneçam condições apropriadas para o desenvolvimento de territórios rurais que respeitem diferentes racionalidades econômicas e perspectivas de desenvolvimento.

Esta inclusão de grupos ou setores marginalizados na perspectiva do desenvolvimento territorial é essencial para se pensar elementos concretos para submeter o imperativo econômico às necessidades sociais. Estas mudanças na ideia de desenvolvimento também fazem mudar a própria ideia de segurança alimentar. Partindo de uma proposta mais centrada no desenvolvimento local do que submetida a lógica mercantil internacional.

Com isto, iremos tratar a situação das políticas de Segurança Alimentar no país foram sendo inseridas e implementadas nas políticas públicas brasileiras a partir de 1985 e da Constituição de 1988, conforme será abordado no capítulo seguinte.

³ Entende-se mercados institucionais aquelas que fazem parte de órgãos públicos, tal como: escolas, creches, hospitais, entidades filantrópicas, entre outros.

3 – CAPÍTULO – Das manifestações sociais na construção das políticas de segurança alimentar e nutricional: algumas referências na discussão brasileira.

Ao longo da história brasileira a questão da alimentação, na maioria das vezes, esteve ligada as lutas e revoltas das classes populares no país, mesmo que de forma indireta. Já em meados do século XIX tem-se registro de movimentos contra o alto preço dos alimentos estabelecidos, como é o caso dos “quebra-quilos” e os protestos contra a alta de gêneros alimentícios em Salvador, datado no ano de 1858 (BONFIM, 2000). Percebe-se que na época, as lutas estiveram vinculadas ao poder de compra de alimentos, onde as tributações destinadas aos gêneros alimentícios é que estavam em disputa.

O século XX, também foi marcado por lutas de combate aos altos preços dos alimentos no Brasil. Em 1913 houve um comício no Rio de Janeiro para denunciar a carestia dos alimentos. Esse movimento contou com cerca de dez mil pessoas e a sua reivindicação se espalhariá por várias cidades do país, o movimento ficou conhecido como “Movimento contra a Carestia” (BONFIM, 2000; BELIK, 2003). Entre 1951 e 1953 ocorreram passeatas que foram denominadas de “panela vazia”, neste período, o Movimento contra a Carestia já se manifestava em diversas partes do Brasil (BONFIM, 2000).

No nordeste pode-se afirmar que o movimento do Cangaço⁴ no início do século XX, também refletia a situação de insegurança alimentar das pessoas que viviam na região, fortemente caracterizado pela monocultura destinada ao mercado externo, e também, pela sociedade latifundiária caracterizada no sertão nordestino. Essas condições incentivaram os atos de rebeldia e de enfrentamento, frente ao modelo de sociedade vigente à época.

No período do governo de Getúlio Vargas ocorreram intervenções públicas no abastecimento. Este período também é caracterizado pela deflagração

⁴ Movimento do Cangaço foi um grupo de pessoas que estavam indignados com as condições de vida no sertão nordestino, onde teve como seu principal líder o Lampião.

da crise de 29, onde houve uma desestruturação da cultura cafeeira no país, e isto interferiu de maneira direta nas condições de vida e alimentar de grande parcela da população, principalmente das regiões rurais. Isto levou o governo a criar órgãos do poder público para atuar no abastecimento alimentar.

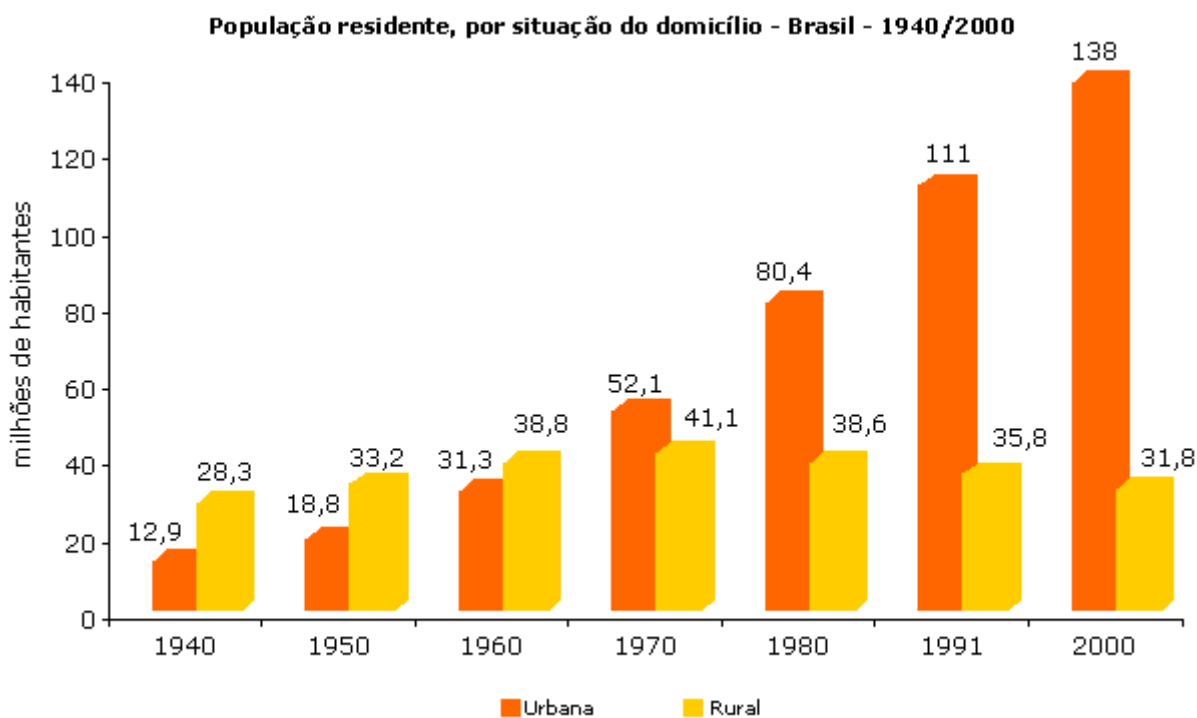
A Comissão de Abastecimento, criada no período da ditadura, compatível com o esforço de guerra (Decreto-Lei nº 1.507 de 16 de setembro de 1939), tinha como objetivo regular tanto a produção como o comércio de alimentos, drogas, material de construção e combustíveis, a fim de segurar a alta de preços. A Comissão funcionava como um ministério extraordinário com superpoderes, podendo comprar ou requisitar e vender esses produtos para a população. Ela poderia também exigir a colaboração de órgãos ou funcionários estaduais e municipais. (BELIK et al 2001, p.120)

Apesar de ter sido num período autoritário, e com pouca participação popular, essa comissão teve algumas ações práticas, como é o caso da criação de restaurantes populares e de programas de alimentação escolar. No entanto, estas ações foram poucas e pontuais, com caráter populista.

Nos anos subsequentes, foram criados diferentes órgãos que tratavam da questão da alimentação, no que tange ao armazenamento, distribuição e controle do estoque. O governo atuou mais no sentido de favorecer o abastecimento alimentar interno e conter a exportação de alimentos. Esse período era coincidente com o processo de industrialização do país, necessitando alimentar uma quantidade cada vez maior de trabalhadores nas fábricas urbanas. Estas medidas serviram para amenizar a alta dos preços alimentares exigida pela sociedade, contudo, o problema da fome que atingia a população carente ainda não era manifestado como uma reivindicação da sociedade de maneira expressiva.

(...) vale mencionar a criação da Cofap – Comissão Federal de Abastecimento e Preços em 1951, que mais tarde abriu espaço para uma área de fiscalização (Sunab), armazenamento (Cibrazém), distribuição (Cobal) e administração de estoques reguladores (CFP). Todos esses órgãos foram lançados dez anos depois, através das leis delegadas, numa tentativa do governo Goulart de recuperar o atraso existente entre as estruturas de produção e comercialização e deter a especulação. Nesse período também é criado o Entrepasto Terminal de São Paulo, que foi embrião do Ceagesp e das Centrais de Abastecimento que se seguiram. (BELIK et al 2001, p.121)

Em meados do século XX o país sofreu mudanças significativas na configuração da sociedade em geral. Os processos de urbanização e industrialização acarretaram transformações na dinâmica espacial do país, onde o êxodo rural foi a mais marcante na sociedade. Essas transformações trouxeram como consequência uma forte concentração humana nos principais centros urbanos do país, onde também se elevou o custo de vida destas cidades ocasionando o “movimento do custo de vida” em 1972, na cidade de São Paulo e em outras capitais do país (BONFIM, 2000).



Fonte: Tendências Demográficas, 2000. IBGE, 2001.

Na época, a cada ano que se seguia, aumentava progressivamente a quantidade de habitantes rurais que deixavam de trabalhar na agricultura para incorporarem ao contingente de mão-de-obra dos centros urbanos. Estes novos moradores deixam de praticar atividades agrícolas, ficando sujeitos apenas à venda de sua força de trabalho na cidade. Isto nos leva a compreender a complementariedade destas transformações no campo com o processo de Urbanização/Industrialização, dando novas configurações na dinâmica espacial do país.

Estes dados são apenas informações básicas para situar a problemática da alimentação no país, pois em muitos momentos históricos a sociedade brasileira, com seus diferentes estratos sociais e interesses particulares, enfrentaram situações de insegurança alimentar. Observa-se que a condição dos preços dos alimentos é um dos principais motivos de mobilização, reivindicação popular e também de intervenções públicas no que tange ao alimento, num país historicamente caracterizado pela desigualdade de renda entre sua população, confirmando assim, o discurso de que a fome no Brasil não é uma questão de produção, mas de acesso, tendo sua origem nos aspectos político-econômicos, e não climáticos. E sobre este assunto, é que não se pode negligenciar a contribuição de Josué de Castro.

3.1 – A construção das políticas de Segurança Alimentar e Nutricionais no Brasil.

Conforme apresentado no Capítulo I, a conceituação de segurança alimentar no mundo ocidental surge com mais intensidade no período das guerras que assolaram a Europa no início do século XX. No entanto, no Brasil este conceito tomou mais notoriedade e como proposta política somente a partir do período da redemocratização.

Foi no início da chamada Nova República em 1985, que teve início o debate a nível nacional e também os novos mecanismos políticos no país acerca da Segurança Alimentar. A Constituição de 1988, através de fortes pressões e mobilizações dos movimentos sociais na sua construção, fez com que houvesse novas aberturas políticas no país, onde a participação de organizações civis fosse possível. Outra característica marcante é a descentralização política - onde os municípios passariam a ter maior autonomia – que levou a uma nova configuração dos mecanismos políticos no país.

Neste contexto que foi inserida no debate político, a questão da Segurança Alimentar no país, chegando à necessidade da formulação de uma

proposta organizada pelo Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1991. Esta proposta teve um forte impacto na conjuntura política brasileira, conforme explica Renato Maluf.

Dois fatores contribuíram para que ela tivesse impacto maior que as proposições anteriores das quais se nutriu. Primeiro, o combate à fome foi incluído entre as prioridades do Movimento pela Ética na Política, no bojo da mobilização social que levou ao impedimento do Presidente Fernando Collor. Daquele movimento originou-se, em 1993, a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que tinha Herbert de Souza (Betinho) entre seus líderes e mobilizou milhares de pessoas sob o lema “A fome não pode esperar”. O segundo fator foi a aceitação da proposta do Governo Paralelo pelo então Presidente Itamar Franco, também em 1993, tomando-a como referência para a instituição do primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea. (MALUF, 2007, p.82)

Neste período, o Ministério da Agricultura formulou um documento intitulado: “Segurança Alimentar – proposta de uma política contra a fome” servindo de base para a elaboração de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e também a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), sendo este, um novo mecanismo de gestão de verbas públicas, fruto da nova Constituição brasileira. Estes Conselhos teriam como integrantes dois terços (2/3) de organizações civis e um terço (1/3) de gestores públicos, aumentando assim, o diálogo entre governo e organizações civis.

Esta situação, conforme nos mostra Maluf (2007), demonstra que a temática da fome começa a ter uma importância maior nas políticas públicas do país. A contribuição de Herbert de Souza (Betinho) como liderança principal na Campanha da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida foram fundamentais para haver uma mobilização social abrangente, tanto é que ele foi um dos representantes da organização civil no primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) em 1993. É importante destacar a importância dos diferentes movimentos sociais, como é o caso do Movimento do Betinho, para um melhor direcionamento das políticas públicas, e assim, melhorar a atuação dos governos, ficando este a serviço da sociedade, territorializando estas ações públicas, em benefício das populações marginalizadas.

Ainda sobre o conceito de segurança alimentar, na I Conferência Nacional de Alimentação ocorrida em 1994, o adjetivo “nutricional” se inseriu nas propostas de segurança alimentar, entendendo a segurança alimentar e a situação nutricional da população como condições intrinsecamente ligadas.

No entanto, a situação política brasileira ainda estava bastante vulnerável no período, pois o país havia recém saído de um longo tempo de Ditadura Militar, e também, o impedimento do mandato do presidente Fernando Collor causou uma confusão e incerteza política. No seu lugar assume Itamar Franco, que então criou o CONSEA, mas o seu mandato era apenas para assumir o cargo deixado por Fernando Collor. O CONSEA de 1993 teve duração de apenas dois anos, pois na eleição seguinte houve a posse de Fernando Henrique Cardoso, que destituiu o CONSEA e criou em seu lugar a Comunidade Solidária⁵. Mas apesar do pouco tempo de funcionamento do Conselho, foi o tempo necessário para a promoção da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA) em 1994. Foi se consolidando ainda mais a proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar, e foram apresentados três eixos gerais para esta política:

(...) a) ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir seu peso no orçamento familiar; b) assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados; c) assegurar qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis.”(MALUF, 2007, p.84)

Houveram poucas ações práticas no que se refere a Segurança Alimentar naquele período, mas a temática de Segurança Alimentar já estava em pauta em diversas mobilizações sociais no país.

A realização da Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, organizada pela FAO na cidade de Roma, foi um marco na discussão da segurança alimentar entre os Estado-Nações, onde compareceram 186 países representantes e ficou estipulada a redução pela metade o número de desnutridos no mundo até o ano de 2015, conforme já foi mencionado no Capítulo I. A então “declaração de Roma”,

⁵ A Comunidade Solidária era uma proposta do governo FHC para trabalhar com a questão do combate à fome, à pobreza e a exclusão social.

documento final desta Cúpula teve impactos considerados na efetivação das políticas de combate a fome no mundo, no que tange a obrigação dos Estados em garantir o direito ao alimento para sua população. No Brasil não foi diferente, e o mais curioso é que esta declaração, de certa forma, vai contra os interesses de um modelo neoliberal vigente na década de 90 do século XX, onde a produção e comercialização de alimentos ficariam inteiramente sujeita à lógica do mercado internacional, e se pode perceber que foram estas medidas que propiciaram a expansão e o monopólio de grandes corporações sobre o mercado alimentar como já explicado no capítulo 1.

O ano de 1998 foi marcado pela criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) sendo esta uma articulação de entidades, movimentos sociais e a sociedade civil organizada que trabalham sobre a temática da Segurança Alimentar no país, dentro de seus objetivos estão: mobilizar a sociedade em torno do tema da Segurança Alimentar e fomentar a elaboração de propostas de políticas e ações públicas no que tange a Segurança Alimentar e Nutricional e do direito humano à Alimentação.

Um outro momento histórico que trata da segurança alimentar no Brasil foi a elaboração do Projeto Fome Zero, em 2002. Este projeto foi elaborado pelo Instituto de Cidadania, que contou com a coordenação de José Graziano da Silva e também “com participação de representantes de ONGs, institutos de pesquisa, sindicatos, organizações populares, movimentos sociais e especialistas vinculados à questão alimentar no país.” (YASBEK, 2003, p.44).

O **FOME ZERO** é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.⁶

O primeiro mandato do presidente Lula – 2003 a 2006 - foi marcado por este projeto de combate à fome no país. A recriação do Conselho Nacional de

⁶ Acessado em: <http://www.fomezero.gov.br>

Segurança Alimentar (CONSEA) trouxe de volta a participação de organizações civis nas discussões sobre segurança alimentar.

Uma particularidade deste programa foi a inserção da questão da fome como parte da agenda política nacional, buscando atender o público que se encontra vulnerável à fome, fornecendo meios de acesso ao alimento básico. O Programa Fome Zero apresenta em seu projeto de atuação quatro modalidades, são elas: acesso à alimentação; geração de renda; articulação, mobilização e controle social; e por fim, fortalecimento da agricultura familiar. A recriação do CONSEA possibilitou um espaço de diálogo entre os representantes da sociedade civil e dos governos, pautados na discussão e propostas de ações sobre a Segurança Alimentar e Nutricional. Este conselho tem como objetivo propor diretrizes para a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como monitorar programas e projetos que abordem sobre a temática do Conselho.

Não é objetivo deste trabalho, abordar todas as atuações governamentais acerca da Segurança Alimentar e combate à fome no Brasil, pois isto não caberia à discussão e seria meramente de caráter descritivo. Todavia, o assunto da Segurança Alimentar já é um assunto que está sendo bastante discutido na sociedade, e devemos tomar as devidas precauções em relação aos mecanismos assistencialistas que muitos programas de segurança alimentar apresentam. Estes programas assistencialistas não melhoram a autonomia das pessoas, e também, não proporcionam a capacidade de um desenvolvimento local.

3.2 – Alguns questionamentos sobre os programas de segurança alimentar e nutricional a partir de sua territorialização em Viçosa-MG.

Para compreender como este processo se territorializa e se atinge ou não os grupos de agricultores familiares é que será discutido o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e também o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), onde se identifica que são boas políticas de Segurança Alimentar, uma vez

que não apresentam em sua forma mecanismos assistencialistas, porém é necessário que sejam fortalecidos e consolidados, para uma maior abertura dos mercados institucionais para a agricultura familiar, sendo estes programas os principais que disponibilizam o acesso dos agricultores familiares a estes mercados.

O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado em 2003, sendo parte do bojo de ações do Programa Fome Zero, a proposta do PAA é garantir a compra de produtos oriundos da Agricultura Familiar para mercados institucionais, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A compra de produtos da Agricultura dispensa licitações facilitando o acesso das organizações de agricultores a este programa. Sobre o PAA, assim descreve Grisa et al (s/d).

O PAA foi criado como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero e define-se enquanto um Programa intersetorial, tendo sido acompanhado ao longo de toda sua trajetória de formulação e implementação pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e por diferentes organizações da sociedade civil. Na sua organização dispõe de um Grupo Gestor formado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, sobretudo através da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, mais recentemente, pelo Ministério da Educação (MEC). Este Grupo Gestor é responsável por definir as medidas necessárias à operacionalização do Programa. Além deste, há os gestores executores, ou seja, os Estados, municípios e a CONAB; e os gestores locais, formados por organizações de agricultores (cooperativas, associações, etc.) e entidades socio-assistencialistas que administram seus respectivos projetos. O controle social é atribuído à sociedade civil através de suas representações no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e nos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). (GRISA et al. s/d)

Através desta descrição da gestão do PAA, observa-se que a intersetorialidade e a participação da sociedade civil organizada são elementos importantes para o pleno funcionamento do programa, salientando que é necessário sempre fazer adequações para uma eficiente destinação do público que o programa propõe atuar. A descentralização das políticas públicas, viabilizado pela Constituição de 88, transferem alguns procedimentos da gestão das políticas para o nível local,

onde se encontram os municípios, daí a importância em se trabalhar o município como recorte territorial, e conjuntamente, compreender os programas de Segurança Alimentar e Nutricional como estratégica para o desenvolvimento territorial, pensando também em incentivos a produção agroecológicas.

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem sua origem na década de 30 do século XX, conforme já foi explicado no início deste capítulo. Na época, o objetivo do programa era mitigar o impacto da situação de fome que grande parte dos alunos das escolas públicas sofriam, e também devido a conjuntura política na época, gerar capacidade de oferecer condições para o abastecimento alimentar interno. Ao longo dos anos, este programa foi sendo consolidado e expandido progressivamente, havendo diferentes denominações.

Foi em 1976 que o programa de alimentação escolar foi denominado de PNAE, este programa é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Já em 1994 a verba do Programa começa a ser repassado diretamente aos Estados, Municípios e Distrito Federal e escolas federais, o que antes era administrado pelo governo federal, isto aconteceu sobre influência da nova Constituição de 1988, conforme já foi explicado.

O marco fundamental que este programa oferece na perspectiva do Desenvolvimento territorial, é com base na Lei nº 11.947 criada em 16 de junho de 2009. Esta nova lei prioriza 30% da compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, onde se dispensa o procedimento licitatório da compra, garantindo o acesso dos agricultores a este importante mercado institucional, que são as escolas.

A implementação da nova lei fomenta a incorporação da produção local, o desenvolvimento territorial, o resgate e promoção de hábitos alimentares locais, bem como o incentivo à produção agroecológica, fornecendo assim, uma maior diversidade de alimentos e de maior qualidade aos estudantes.

A partir daí, iremos contextualizar o município de Viçosa e também como vem sendo implementados estas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional já mencionados. Com base nas descrições de Paniago (1990), a cidade apresenta uma

baixa proporção de habitantes no meio rural, em comparação com os municípios vizinhos. Consequência das transformações sócio-culturais que a cidade sofreu, fruto da expansão da universidade, principalmente pós década de 1970, que será mais detalhado adiante. “Essa desruralização foi muito acentuada na década de 70, quando a proporção de habitantes rurais passou de 34,07% (em 1970) para 19,40% (em 1980).” (PANIAGO, 1990, p.26-27).

De maneira análoga ao processo de desruralização no município de Viçosa, ocorre também uma forte urbanização, onde a taxa de urbanização na década de 70 era de 66% e nos anos 80 passou para 80,6%. Apesar deste intenso processo de evasão rural e crescente urbanização, a cidade apresenta em sua estrutura agrária uma predominância de pequenas propriedades, assim como em toda realidade da Zona da Mata mineira, oferecendo assim, um potencial para fortalecer a agricultura familiar no município, e mitigar a evasão rural. A cultura cafeeira apresenta um destaque especial nas culturas agrícolas no município.

A influência da Universidade Federal de Viçosa (UFV) na configuração sócio-cultural da cidade é extrema relevância, diferenciando sobremaneira a condição de Viçosa em relação aos municípios circunvizinhos. Iniciada em 1926, com o nome de Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), esta instituição tinha como ênfase o desenvolvimento da ciência agrônômica e veterinária na região, sob influência da “Land Grant Colleges”, modelo de universidade adotado nos Estados Unidos, conforme nos explica Paniago (1990).

Em 1949, a ESAV se torna Universidade Rural Estadual de Minas Gerais (UREMG) sendo posteriormente denominada Universidade Federal de Viçosa (UFV), em 1969. O período em que esta instituição foi denominada “UFV”, coincide com o período de expansão urbana e o elevado processo de desruralização no município, devido a uma grande quantidade de novos habitantes de outras localidades, conforme já mencionamos. Este movimento de expansão, que ainda é observado nos dias atuais, gerou um aumento dos recursos financeiros do corpo docente, administrativo e de funcionários da UFV. Apesar de esta condição financeira ter aumentado, o próprio planejamento municipal não acompanhou a expansão que a

UFV estava em processo, intensificando com isto a desigualdade social, apesar de a cidade apresentar bons índices em relação à microrregião inserida.

Através de contatos com as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional em Viçosa, por meio do estágio na ITCP/UFV, pude ter acesso a situação destas políticas à nível municipal. O PAA está com sua gestão parada desde 2010, fazendo assim 2 anos de inatividade, porém, cabe mencionar que esta inatividade se limita ao município de Viçosa, estando funcionando normalmente em outras regiões do estado, como é o caso do norte de Minas. Durante os anos que o PAA funcionava (2008-2009), constata-se duas organizações de Agricultores Familiares que foram beneficiados com a compra de sua produção, sendo elas: Associação Córrego São Francisco e a Associação Desejo de Vencer. O PAA permite que cada família agrícola possa vender seus produtos no valor de 4.500 por ano. Cabe ressaltar que apesar das dificuldades, esta política também pode ser um instrumento de incentivo aos produtores a prática de planejamento, tão essencial ao desenvolvimento autônomo, onde cabe aos produtores indicar quais serão os produtos vendidos ao longo do ano.



Figura 1 – Local onde estocavam os produtos do PAA

FONTE: Imagem cedida pela EMATER-MG

Já em relação ao PNAE com sua recente Lei nº 11.947, iniciou em Viçosa a partir de 2010, sendo um instrumento muito recente, necessitando de muitos ajustes quanto a sua operacionalização e gestão. Cabe as próprias escolas estaduais gerirem esta compra, e no caso das escolas municipais é de responsabilidade da prefeitura fazer esta atividade. Todas as escolas de Viçosa não conseguem cumprir a exigência da lei dos 30%, sendo indicado que um dos motivos principais é a baixa oferta de agricultores organizados e disponibilizando a sua produção.

Através destes elementos acerca da atual situação das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, cabe mencionar que ainda existe muita coisa a ser feita, principalmente no que se refere ao empoderamento dos sujeitos envolvidos, como é o caso dos Agricultores Familiares de Viçosa. Para poder haver

uma real efetivação dos objetivos propostos pela Política de Segurança Alimentar e Nutricional, e também fornecer condições adequadas para um desenvolvimento territorial no município, principalmente no meio rural bastante afetado pela evasão de habitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com base nas discussões levantadas neste trabalho para tratar sobre o debate da Segurança Alimentar, podemos afirmar que a discussão surgiu no período pós-guerra, quando houve grande escassez de alimentos na Europa destruída pela guerra, o que foi rapidamente resolvido naquele continente, permanecendo por outro lado, nos países considerados subdesenvolvidos principalmente nos países africanos. A perspectiva de segurança alimentar estava atrelada ao conceito de soberania nacional, onde se percebe a questão estratégica do Estado em prover adequadamente alimentos para toda a sua população. Foi com estas considerações que a Segurança Alimentar foi inserida no debate a nível internacional, com a criação da Fundação para Agricultura e Alimentação (FAO), em 1945.

Como já foi identificada a compreensão de como o conceito de Segurança Alimentar surgiu no mundo, devemos nos ater ao fato das assimetrias nas relações de poder entre os diferentes países do mundo, principalmente no sentido norte-sul. Esta assimetria facilitou e proporcionou a expansão do modelo europeu de agricultura, com base em maquinários agrícolas, com forte dependência de insumos industriais e de energia não renovável, sendo difundido para todo o mundo inclusive no Brasil, país tropical que apresenta facilidade em outros métodos de usos da terra para fins agrícolas, como é o caso do manejo agroecológico. Este difusionismo gerou os efeitos da dependência agroquímica, degradação ambiental, e perda de autonomia por parte dos agricultores. Esta perda de autonomia se deve principalmente ao controle de quase toda a cadeia produtiva agroalimentar das grandes corporações, como ressaltado no capítulo 1, onde grande parte do controle de sementes, insumos, processamento e comercialização de alimentos ficam sobre domínio de algumas grandes corporações.

Este difusionismo teve forte contribuição da própria FAO, onde se tinha a compreensão de que apenas o aumento da capacidade produtiva das unidades agrícolas seria capaz de resolver o problema da fome no mundo, contribuindo pelo próprio difusionismo em processo naquele período. Cabe mencionar também que esta compreensão também estava atrelada ao pensamento economicista bastante

enraizado na conceituação de desenvolvimento. Portanto é necessário ter um olhar atento aos diferentes discursos de segurança alimentar, ainda que a visão estritamente produtiva esteja sendo superada, ela ainda persiste em muitos discursos de Segurança Alimentar.

Outro debate suscitado neste trabalho trata da interpretação acerca do desenvolvimento, onde existem diferentes denominações “alternativas” diante do modelo de desenvolvimento econômico, sendo este, bastante utilizado na perspectiva de desenvolver a agricultura apenas focada pela sua dimensão produtiva. No capítulo 2 é feito um diálogo com diferentes pensadores que discutem a temática do desenvolvimento, sendo esta, um assunto bastante amplo e abrangente, mas que na medida do possível, busca dar visibilidade a processos que não são considerados na perspectiva economicista, tal como o social, ambiental e cultural.

Outra importante contribuição que se deve considerar é a questão da autonomia dos sujeitos sociais envolvidos no processo de desenvolvimento, onde cabe ao empoderamento destes sujeitos, na construção do desenvolvimento idealizado, planejado e executado por eles. Cabe salientar, que em qualquer processo de desenvolvimento rural, o agricultor familiar se enquadra como um dos mais importantes sujeitos que devem ser envolvidos nesta construção.

A incorporação da abordagem territorial é de extrema importância no debate de desenvolvimento. Isto é, da importância de se compreender e estimular iniciativas que trazem para o centro da questão a diversidade dos diferentes territórios, e não a sua homogeneização. Daí a importância que deveriam adquirir programas que se fundamentam na sua territorialização junto aos agricultores, que teriam mais poder de decisão sobre os processos de estoques de sementes, técnicas agrícolas adequadas ao meio ambiente, produção e comercialização dos alimentos, entre outros processos.

As políticas de segurança alimentar apresentam boas propostas, mas o que se percebe que elas estão desconectadas com o território na qual ela atua, ou seja, a dimensão local ainda está muito atrelada aos poderes políticos locais, onde

os agricultores familiares estão pouco inseridos nas construções de propostas que os beneficiem, como é o caso do PAA e do PNAE. O que se observa em Viçosa é que existe pouca mobilização e articulação entre os agricultores, para participar ativamente das políticas de segurança alimentar.

É de extrema importância que os sujeitos sociais que estão inseridos nas políticas de segurança alimentar se empoderem de forma com que consigam fazer com que as políticas se territorialize de forma mais eficiente na sociedade como um todo.

BIBLIOGRAFIA:

- ACTIONAID. **A fome de Poder.** Disponível em: <http://www.actionaid.org.br/tabid/1241/Default.aspx>>. Acessado em: 18 nov. 2011.
- ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Disponível em: <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf/view>>. Acesso em: 18 nov. de 2011.
- BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade.** v12, p.12-20, jan-jun 2003.
- BELIK, Walter; et al. Política de combate a Fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, 15(4), 2001.
- BONFIM, João Bosco Bezerra. **A fome no Brasil: o que se diz, o que se fez, o que fazer.** Disponível em: http://www.senado.gov.br/senado/conleg/artigos_especiais.htm>. Acesso em: 18 nov. 2011.
- CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, pp. 1-16, 2009.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável:** Perspectivas para uma nova extensão rural. Porto Alegre, Janeiro 2000.
- CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: FILHO, Flávio Borges Botelho (org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial:** contribuições ao debate. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de estudos avançados multidisciplinares, núcleo de estudos avançados, v.5, n 17, 2005, p. 43-58.
- CASTRO, Josué de. **A Geografia da Fome:** o dilema brasileiro, do pão ao aço. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.
- _____ **Geopolítica da fome:** ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. São Paulo: Brasiliense, 8ª Edição, v.2, 1968.
- _____ **Homens e Caragueijos.** São Paulo: Brasiliense, 177p. 1967.
- CUNHA, Luis Alexandre Gonçalves. Desenvolvimento Territorial: Algumas reflexões teórico-conceituais derivadas de Estudo Monográfico. In: ALVEZ, Francelino Adilson; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

- FURTADO, Celso. Desenvolvimento-subdesenvolvimento: a problemática atual. In: FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Nacional, 1980, p. 15-27.
- GRISA, Catia; SCHIMITT, Cláudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF, Renato Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. Disponível em: <http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf>. Acessado em: 12 ago. 2011.
- HAESBAERT, Rogério. Definindo o território para entender a territorialização. In: HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HIRAI, Wanda Griep; ANJOS, Flávio Sacco dos. Estado e Segurança Alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. Revista **Textos & Contextos**. Porto Alegre v.6, n.2, p. 335-353. Jul/dez. 2007.
- HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: análise dos Dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 15(1): 49-61, 2008.
- LEITE, Juliana Pires de Arruda; ARRAES, Nilson Antônio Modesto. **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Políticas municipais de segurança alimentar: o caso do município de Campinas. GT. 14 – Pobreza e (In) Segurança Alimentar: Políticas Públicas e Estratégias Familiares. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=c_at_view&gid=72&Itemid=171>. Acessado em: 18 nov. 2011.
- MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MALUF, Renato; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. Caderno de Segurança Alimentar. Montpellier: Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrés de l’Homme, Red Agriculturas Campesinas, Sociedades y Globalización (APM), 2001. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>>. Acessado em: 18 nov. 2011.
- PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **Viçosa – Mudanças socioculturais; evolução histórica e tendências**. Viçosa, UFV, 1990.
- PAULILLO, Luis Fernando; ALMEIDA, Luiz Manoel. Redes de Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: a merenda escolar como instrumento de desenvolvimento local. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 12(1): 26-44, 2005.
- PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios agroalimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo. Geografia Agrária da Crise dos Alimentos no Brasil. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?q=porto-gon%C3%A7alves+alentejano&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a>>. Acessado em: 18 nov. 2011.
- PINTO, Alice Regina et al. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos**. Viçosa, MG, 2011. 88 p. Disponível em: <<http://www.bbt.ufv.br>>. Acessado em: 11 nov. 2011.
- SACHS, Ignacy. As raízes do subdesenvolvimento econômico. In: SACHS, Ignacy. **Capitalismo de estado e subdesenvolvimento: padrões de setor público em economias subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1969. p. 11-28.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Souza; RODRÍGUEZ. Introdução: Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura Souza de (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 23-57.
- SANTOS, Luis Cláudio dos. **Da geografia da fome ao Fome Zero: contribuição do estudo da fome no Brasil**. Rio Claro-SP, [s.n], 2009. Disponível em: <<http://www.athena.biblioteca.unesp.br>> Acessado em: 18 nov. 2011.
- SANTOS, Milton. Configuração territorial e espaço. In: SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Desenvolvimento sócio-espacial. In: SOUZA Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 4ª Edição. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2006, p.60-72.
- _____. A filosofia política de Cornelius Castoriadis e a ideia de autonomia. In: SOUZA Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 4ª Edição. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2006, p.169-176.
- _____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.77-113.
- SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

- YASBEK, Maria Carmelita. Fome Zero: uma política social em questão. **Saúde e Sociedade**. v.12, n.1, p.43-50, jan-jun 2003.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. 1996.